

A QUESTÃO DA LEITURA E DA ESCRITA NO PROCESSO DA ALFABETIZAÇÃO

SILVA, Eline Santos Alves
elinefilha@ig.com.br

PAES, Oliveira Silvânia. (Orientadora)
Graduada em Letras, Especialista em Administração Escolar, professora do Curso de Letras-
Português da Universidade Tídadentes-UNIT.

Silvânia.paes@ig.com.br

RESUMO

A elaboração deste artigo científico procurou delinear ainda que de maneira breve, noções históricas sobre o processo de alfabetização e sobre a psicogênese da escrita, culminando assim, com o questionamento acerca da criança e da linguagem.

A questão da leitura e da escrita no processo da Alfabetização, foi trabalhada de forma ampla ou seja, enfatizamos os dois processos desde o seu surgimento até os tempos atuais e a partir daí podemos analisarmos as causas das possíveis dificuldades de aprendizagem enfrentadas pela criança ou até mesmo pelo adulto que esta sendo alfabetizado.

Traçamos em linhas gerais, o histórico dos processos alfabetizadores, bem como, estabelecemos uma breve revisão da literatura que versa sobre a questão da Alfabetização e da Escrita sob à ótica de alguns autores como: Emília Ferreiro, Marisa Lajolo, Ana Teberosvky, Paulo Freire e outros.

A QUESTÃO DA LEITURA E DA ESCRITA NO PROCESSO DA ALFABETIZAÇÃO

A preocupação com as dificuldades no processo de aprendizagem escolar da alfabetização e da leitura teve sua origem ainda no séc. XVII na Europa, com médicos psiquiatras e com filósofos do movimento Iluminista

A princípio as dificuldades de aprendizagem eram atribuídas a causas orgânicas, as quais consideravam que as anomalias orgânicas e intelectuais dos indivíduos deviam-se a causas anatômicas ou psicológicas, não sendo considerados os aspectos e análises psicológicas. Associava-se o fracasso escolar a disfunções cerebrais mínimas.

Um dos problemas que tem sido alvo de constantes debates e gerado controvérsias no contexto da instituição escolar e quanto a educação infantil, refere-se a dificuldade que algumas crianças apresentam no aprendizado da leitura e da escrita. Sabe-se que ler é um ato capaz, é atribuir um significado ao texto, ler é produzir um texto com coerência e fundamentação própria. Ler é, por assim dizer, interpretar e escrever é criar.

A leitura faz parte do complexo lingüístico de desenvolvimento da linguagem. Este processo tem etapas definidas, que avançam gradativamente. Os primeiros estímulos da linguagem que a criança recebe são auditivos, visuais, táteis, olfativas e gustativas, portanto estímulos de natureza sensorial.

À Luz do que discorreremos no presente artigo científico, cuja pretensão reside em traçar em linhas gerais o histórico dos processos alfabetizadores, bem como estabelecer uma breve revisão da literatura que versa sobre a questão da alfabetização e da escrita sob a ótica de autores como: Emília Ferreiro, Marisa Lajolo, Ana Teberosvky, Paulo Freire, e outros.

A elaboração deste artigo procurou delinear ainda que de maneira breve noções históricas sobre o processo de alfabetização; noções sobre a psicogênese da escrita, culminando com o questionamento acerca criança e da linguagem.

A priori sabemos que o ato de ler se inicia quando um indivíduo, através de sua percepção, toma consciência de documentos escritos existentes no mundo. Ao buscar a intencionalidade e o sentido de tais documentos, o ser humano (criança ou adulto) se abre para a possibilidade de significação e para as proposições de mundo que os signos do documento evocam ou sugerem.

Fora esse então, o espírito motivador a partir do qual realizamos este artigo, pretendendo fornecer mais uma contribuição ao estudo da questão do aprendizado da leitura e escrita enquanto etapas inerentes ao processo de alfabetização; considerando que tais habilidades constituem mecanismos introdutórios da criança no mundo letrado, e necessário à construção da cidadania.

Não se pode negar o fato segundo o qual, a leitura e escrita se manifestam e nos apresentam como experiência resultante do trajeto percorrido pela consciência do sujeito em seu processo de aprendizagem das habilidades retroexpostas. Nesse sentido essa experiência (ou vivência dos horizontes desvelados através do texto) vai permitir que pessoas transformem-se em leitores, que, de posse dos novos significados aprendidos na experiência como leitor faça com que este se posicione em relação ao mundo e a diversidade de informações contingentes ao universo do mundo letrado.

Originária na pré-história, a escrita e conseqüentemente a leitura passaram por um longo processo de evolução, o qual resultou na criação de símbolos gráficos, que aos poucos, tornou-se uma necessidade em todas as culturas. Historicamente a invenção da escrita, foi uma importante conquista da produção cultural da humanidade, datando de cerca de 5.000

antes de Cristo. No entanto os mecanismos de disseminação e divulgação dessa criação foram lentos e quase sempre influenciados por questões de ordem sócio-econômica.

Em linhas gerais, historicamente a invenção da escrita provocou num mesmo processo, o surgimento de regras de alfabetização, as quais permitiram ao leitor, decifrar a escrever, bem como proporcionou um melhor entendimento do sistema de escrita como um todo. Nesse sentido, a alfabetização é atividade tão antiga quanto os sistemas de escrita, é por assim dizer, a atividade escolar mais antiga da humanidade.

Fato é que, desde os primórdios (ainda na Mesopotâmia), um conjunto de sinais, repletos de significado se constituiria o primeiro sistema de registro escrito utilizado na contagem de rebanhos e em atividades comerciais como um todo.

Na Antigüidade, os alunos eram alfabetizados mediante o aprendizado de algo escrito e depois sendo motivado a copiar o texto. O trabalho era iniciado apenas com palavras e depois eram colocadas em contato com textos famosos, seguidos de um estudo exaustivo sobre os mesmos. Nesse contexto, o trabalho de ler, entender e fazer cópias caracterizava a essência do processo de alfabetização.

Entre os Semitas surgiu a metodologia alfabetizadora, fundamentada pelo princípio aerofônico (segundo o qual a letra identificava o nome e um som a ela relacionada).

Os gregos introduziram as vogais ao seu alfabeto primitivamente formado apenas por letras consoantes; ainda preservando o sistema aerofônico, somando-se àquele o processo de identificação das letras vogais, para então, escreverem alfabeticamente. Vemos, pois que, a ortografia fixou a forma escrita das palavras.

Os romanos ao assimilarem toda produção cultural oriunda dos gregos, também o fizeram no que se refere ao alfabeto e mecanismos alfabetizadores. Vale ressaltar, no entanto, que os romanos não mais necessitaram ter nomes para identificar letras, mas, tão somente o

nome da letra e o som dela. Assim, tornou-se muito prático e eficiente utilizou-se: alfa, beta, gama, épsilon, e etc.; bem como transformando em a, bê, ce, dê e etc.

No período medieval, o processo de alfabetização ocorria no contexto da vida privada, onde quem sabia ler ensinava a quem não sabia, centrando a metodologia, no trabalho de mostrar o valor fonético das palavras, a forma ortográfica das palavras e a interpretação das formas gráficas e suas variantes.

No período Renascentista (séculos XV e XVI) e a partir da difusão da imprensa na Europa, surge uma maior preocupação com os leitores, e conseqüentemente aumentam as preocupações com o processo de alfabetização, fato que, impulsionou o aparecimento das primeiras cartilhas.

Remonta ao período do Renascentista, as primeiras gramáticas de origem neolatinas, reclamando dos gramáticos uma maior dedicação ao processo de alfabetizador, pois percebeu-se a necessidade de estabelecer também na ortografia e ensinar o povo a escrever nas línguas vernáculas, abandonando pouco a pouco o Latim.

Vários foram os autores que produziram obras voltadas para o compromisso de alfabetizar, a exemplo de: Jan Hus (1374-1415); Valentina Jekelsamer (1527), Comênio (1529-1670), São João Batista de La Salle (1702).

Quanto às técnicas e metodologias para o ensino alfabetizador, consistia em ensinar ortografia, onde o professor mandava os alunos copiarem cartas-modelo e de documentos comerciais, de modo a introduzi-las no universo de conhecimentos úteis para a vida. Por essa metodologia, a leitura era dirigida para assuntos religiosos e a escrita para atividades associadas ao trabalho.

Quando da Revolução Francesa, surgia através do pedagogo alemão José Hamel, o chamado Ensino Mútuo, o qual continha um método de alfabetização, onde os alunos

aprendem a partir de aulas de no máximo 15 min, e a partir de exercícios fáceis em coro. O ensino aqui é fundamentalmente coletivo, dirigido para toda a classe.

Robert Owen (1771-1858) introduz na Inglaterra as primeiras escolas infantis, destinadas aos filhos dos operários de sua fábrica têxtil. Friederich Froebel (1782-1852), pedagogo alemão fundou o primeiro jardim de infância, chamado de Kindergarten em 1837.

Diante desse novo contexto sócio educativo, houve um trabalho de adequação das antigas cartilhas à nova situação educacional. Com a escolarização, o processo de alfabetização precisou adequar-se a um calendário escolar; sendo dividido em cartilhas subdivididas em lições, que iam desde o ensino silábico até os exercícios que incentivavam a prática da leitura.

Na atualidade, observamos que apesar de todas as interferências recentes no processo alfabetizador, a prática escolar mais disseminada nas escolas, tem como sustentáculo primordial, a utilização de cartilhas; ainda que em alguns momentos sejam introduzidas novas concepções de alfabetização centradas nas informações e vivências que o aluno traz do ambiente familiar, com vistas ao aprendizado da leitura e escrita.

Na Questão da construção da escrita temos vários modelos e várias concepções pois, a origem latina do verbo escrever, nos remete ao verbo latino Scribere, “traçar caracteres, fazer letras, escrever”.

Sabemos que os sistemas de escrita são semióticos, pois representam graficamente a linguagem verbalizada, de caráter visual e duradouros, que conjuntamente contribuem para analisarmos a experiência de comunicação escrita.

Os sistemas de escrita que, representam a linguagem verbal são construções digamos, holográficas regidas por princípios diversos. Seus traços definidores podem ser apontados como: caráter gráfico, visual, arbitrário, que são atualizados de forma linear.

Bom lembrar que as pinturas rupestres produzidas no período pré-histórico, não são e nem podem ser consideradas modalidades de expressão escrita, pois lhes faltam elementos arbitrários e articulados. Quanto aos hieróglifos egípcios, maias e mesmo astecas, são considerados caracteres holográficos, pois possuem aspectos gráficos visuais, que se nos apresentam articulados, sucessivos, passíveis de serem analisados e, portanto, convencionais.

Claro está que, qualquer língua reúne e contempla um sistema complexo de signos estruturados em vários níveis interdependentes; mas que são a representação gráfica das línguas que por sua vez, representam um sistema lingüístico em cada um desses níveis ou mesmo em vários dentre eles.

Pelo exposto, vemos que a invenção de um sistema de escrita é basicamente um acordo sobre os significados que devem ser conferidos aos símbolos gráficos pela sociedade que dele se utiliza. Decorrem quase sempre, de necessidades pragmáticas e imediatistas (pois fora à origem primeira de toda a escrita).

No tocante a Alfabetização e Letramento podemos afirmar que durante muito tempo, era ponto pacífico que para ser alfabetizado era preciso conhecer o código lingüístico, ou seja, conhecer as letras do alfabeto. Atualmente, sabe-se que, embora seja necessário, o conhecimento das letras não é suficiente para ser competente no uso da língua escrita. A língua não é um mero código para comunicação.

A linguagem é um fenômeno social, estruturado de forma dinâmica e coletiva e, portanto, a escrita também deve ser vista do ponto de vista cultural e social. Para dar conta desse processo de inserção numa cultura letrada, atualmente denominada letramento.

É importante salientar quanto ao conceito de Alfabetização, que tal concepção compreende um processo de ensino-aprendizagem que se ocupa da aquisição da escrita por um indivíduo ou grupos de indivíduos; enquanto que Letramento é o estudo dos aspectos

histórico-social estabelecido pelos homens em sociedade, em seus processos de aquisição da linguagem escrita.

Outra concepção de alfabetização considera tal processo como um instrumento voltado para o conhecimento das letras, constituindo-se apenas em um meio para o letramento (que constitui conquista e uso social da leitura e da escrita). Assim, para formar cidadãos participativos, é preciso levar em consideração a noção de letramento e não de alfabetização adotada pelo contexto escolar.

Quanto à introdução da criança no universo da linguagem escrita, vemos que esta começa muito antes da alfabetização propriamente dita; especificamente no momento quando a criança começa a interagir socialmente com as práticas de letramento no lugar em que vive, e em experiências como: os pais lêem para ela, a mãe faz anotações, os rótulos indicam os produtos, as marcas ressaltam nas prateleiras dos supermercados e na despensa em casa.

O letramento é cultural, e muitas vezes é por isso que muitas crianças quando vão para a escola, levam consigo o conhecimento adquirido incidentalmente no dia-a-dia. A escola deve continuar o desenvolvimento das crianças nesse processo, evitando as práticas que tornam a criança alfabetizada, com conhecimento do código, mas incapaz de compreender o sentido dos textos.

Professores, principalmente os das classes alfabetizadoras deve tomar alguns cuidados para envolver o aluno no processo de construção da escrita, a exemplo de: promover em seu fazer didático-pedagógico, a criação de um ambiente letrado, em que a leitura e a escrita estejam presentes mesmo antes de a criança aprender a ler e escrever convencionalmente; considerar respeitar e compatibilizar, o conhecimento prévio das crianças, pois, embora pequenas, elas levam para a escola o conhecimento que advém da vida; tornar-se um profissional coadjuvante das crianças em processos e práticas de letramento, ou seja, ler e escrever com função social; utilizar textos significativos, pois é mais interessante

interagir com a escrita que possui um sentido, ou constitui um desafio e mesmo até dê prazer; utilizar textos reais, que sejam conhecidos na sociedade; utilizar a leitura e a escrita como forma de interação, por exemplo, para informar, convencer, solicitar ou emocionar.

Quando se considera a importância do letramento, ficam de lado práticas entremeadas de exercícios mecânicos e repetitivos, baseados via de regra, em palavras e frases que nada representam para o alfabetizando (quer seja criança e ou adulto).

Atividades de letramento ou alfabetização devem estar centradas no aluno, que é, em última análise, àquele que constrói seu conhecimento sobre a língua escrita. A escola deve ser um espaço em que a criança possa prosseguir a construção do conhecimento iniciada em casa; assim como ser um momento de potencialização das interações em face da utilização constante dos usos sociais da escrita. O importante não é simplesmente codificar e decodificar, mas ler e escrever textos significativos.

As concepções acerca do binômio alfabetização e escolarização, para serem melhor apreendidas, devem considerar as influências que os contextos históricos oferecem e que são subjacentes às formulações e acadêmicas sobre o tema; uma vez que, é inegável o reconhecimento de que a alfabetização exerce um papel primordial na melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, grupos sociais e até mesmo das sociedades como um todo.

Quando nos propomos a analisar a questão da alfabetização e suas inter-relações entre esta e a escolarização, optamos por analisar, processos alfabetizadores e escolarizadores a partir das noções apreendidas no período entre o séc. XVIII (1701-1800), XIX (1801-1900) e, é claro séc. XX (1901-2000).

Assim, ao enveredarmos pelas definições em alfabetização presentes no século dezoito, e vimos que àquela época, estava muito difundido a visão de alfabetização multifacetada e pluralista, sempre relacionadas com a leitura e a escrita.

Tal estado de coisas envolvia desde experiências rudimentares, a exemplo das habilidades básicas de decodificação e codificação, assim como práticas de leitura e escrita de materiais familiares; tendo no entanto, conseguido apresentar fórmulas mais elaboradas para o desenvolvimento de práticas e habilidades específicas como as de leitura e escrita de materiais e ou assuntos, que extrapolavam o ambiente familiar.

Vale dizer que, na Inglaterra e nos Estados Unidos dos séculos dezoito e dezenove, existia uma cultura letrada, vinculada para um projeto incipiente de escolarização em massa; e habituada a práticas de leitura e escrita.

Segundo (LOKRIDGE,p.1974)apud GUMPERZ, (1991,p.36)

“a quantidade de cartas, diários, anotações, livros e registros, que foram produzidos nesse período, fazem-nos presumir da freqüência com a qual, as pessoas desenvolviam atividades de leitura e escrita.

“Inicialmente, as concepções e conceituações ligadas ao termo alfabetização, refletiam seu caráter social, principalmente quando revelavam cenas da vida privada, transmutando-se aos poucos, ao universo cotidiano e contexto econômico das pessoas comuns”.

Apenas em meados do séc. XVIII (1870), é que tem início a chamada escolarização e ou institucionalização mecanismos de alfabetização, representada por uma visão de alfabetização obrigatória e contingente à Inglaterra, destinada ao treinamento; fato este que renunciava uma educação formal.

Assim, segundo LAQUER apud GUMPERZ (1991, p.38):

“O novo significado cultural da alfabetização acentuou uma descontinuidade. Traçou uma linha divisória na classe trabalhadora. Tornou-se pela primeira vez, um sinal que diferenciava os pobres respeitáveis daqueles indignos, os limpos, dos sujos. Serviu para aguçar uma divisão que era bem menos nítida no século dezoito”.

Eis que, os passos iniciais a caminho da escolarização da alfabetização, transformaram-se, em matéria prima para a ocorrência de diferenciações sociais, de base “intelectual”; ainda que, é bem verdade, tenha contribuído para o crescimento da cultura comum, para de um movimento que propunha mudanças sociais, através da alfabetização, escolarização e educação popular de maneira geral.

Já em finais do século dezenove, percebemos que o objetivo maior da disseminação da idéia de uma escolarização em massa é a de tornar-se em instrumento de controle da alfabetização, bem como das formas de expressão das pessoas para as quais se destinava, e não instrumento eficaz para sua promoção.

Quantos as ideologias preponderantes sobre alfabetização vigentes no século dezoito, previam que, “as habilidades de alfabetização para todas as pessoas resultaria em igualdade e possibilidade de uma nova ordem social;” uma clara alusão ao fato de que a alfabetização é instrumento de transformação de uma sociedade.

Desta feita, a alfabetização é concebida como sendo um instrumento de diferenciação social, “transformando em indigno” àquelas pessoas não alfabetizadas.

É no século vinte que a chamada educação escolar assumirá importância crucial em nossa sociedade, sendo aos poucos institucionalizada, e elevada á condição de “direito humano fundamental, a exemplo do direito à vida, saúde, habitação.

OKEMHAN (1980) apud GUMPERZ (2000, p.45) reforçam a concepção acima nos seguintes termos:

“ (...) modernamente, a educação é um direito humano básico e institucionalizado. (...) a alfabetização na forma de sistemas escritos não é apenas um meio de armazenar e transmitir informações, mas tornou-se uma supratecnologia que possibilita o avanço de outras tecnologias de armazenamento, resgate e transmissão de informações”.

Constata-se que, o processo evolutivo percorrido pelas concepções acerca de alfabetização e pela escolarização; sofrera mudanças qualitativas, ultrapassando suas dimensões “caseiras e familiares”, e aos poucos se tornando objeto de acesso das massas populares e trabalhadoras.

Fato é que, em meio a todo esse caminho demonstrado, alfabetização passou a ser tanto um instrumento de melhoria da qualidade de vida das pessoas (sobretudo àquelas economicamente hipossuficientes), como também ser a mola propulsora que a médio e longo prazo significaria mais um critério de diferenciações sociais e socioeconômicas.; para atingir

o patamar de direito humano essencial e potencializador do desenvolvimento social e progresso humano.

Acreditamos ser a leitura e alfabetização importantes instrumentos para conscientização e contextualização de pessoas, e hodiernamente um elo fundamental para a conquista de padrões mínimos de cidadania.

Dentre outras funções da escola, uma das primordiais consiste em ensinar a ler e escrever para que, de posse dessas habilidades, a criança possa ampliar seus domínios e horizontes de leitura e escrita, criando e implementando estratégias inovadoras para que isso aconteça, ainda que o ambiente familiar não tenha sido rico em estímulos ao conhecimento e ou á aquisição das habilidades de escrita e leitura.

Não pretendemos ao longo do trabalho, apresentar fórmulas prontas para proporcionar a aquisição de habilidades de escrita e leitura; mais, sobretudo reiterar a discussão sobre o tema, e de alguma maneira contribuir para a construção de novos olhares sobre a questão da alfabetização em seu contexto mais efetivamente relacionado com a conquista das habilidades retromencionadas.

Vale ressaltar que, a alfabetização é um dos espaços para desenvolver a habilidade motora da criança com vistas também a plena inserção desta, no universo da linguagem escrita, seus códigos, significados e possibilidades; sem descuidar da perspectiva segundo a qual, o ambiente do qual a criança ou aluno são originários, revela-se como “sala de espera” da maior ou menor facilidade vivenciada pelos alfabetizandos, no processo de conquista da capacidade de escrever e ler.

REFERÊNCIAS

CAGLIARI, Luiz Carlo. **Alfabetização e Lingüística**. São Paulo: Scipione, 1989.

COOK-GUMPERZ, Jenny. **A Construção Social da Alfabetização**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991

BARBOSA, Juvêncio. **Alfabetização e Leitura**. São Paulo: Cortez, 1994.

FERREIRO, Emília e TEBEROVISK, Ana. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

FOUCAMBERT, Jean. **A Leitura em Questão**. 2.ªed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

_____. **A criança, o professor e a leitura**. Porto Alegre: ArtMed, 1997.

FREIRE, Paulo. **A importância do Ato de Ler**. 1.ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GADOTTI, Moacyr. **Convite á Leitura de Paulo Freire**. 2.ª ed. São Paulo: Scipione, 2003.